

Do pacto ao impacto: caminhos, possibilidades e horizontes abertos pelo Pacto Educativo Global

GREGORY PABLO RIAL ARAÚJO¹

Resumo: O presente artigo discute o Pacto Educativo Global, tendo como chave a temporalidade, ou seja, o presente e o futuro. Nesse sentido, inicialmente faz-se um mapeamento dos indicadores teóricos que inspiraram o Papa Francisco nessa convocação. Em seguida, realiza-se uma análise crítica dos riscos que a proposta contém, bem como os impactos, caminhos e horizontes possíveis trazido pelo Pacto. Por fim, elabora-se uma discussão sobre a concretização do Pacto, apontando para três trânsitos temporais, visando ao seu sucesso: a passagem das fantasias aos sonhos, dos sonhos à utopia e, por fim, da utopia ao Reino. Nesse movimento, revelam-se as muitas dimensões do Pacto, mas evidencia-se a principal delas, que seria a dimensão ética da responsabilidade pelo presente e pelo futuro da educação. Palavras-chave: Pacto Educativo Global. Temporalidade. Impactos. Futuro da educação. Reino de Deus.

From the pact to the impact: paths, possibilities and horizons opened by the Global Educational Pact

Abstract: This article discusses the Global Educational Pact with the temporality as a key that is, specially the categories of present and future. It makes firstly a mapping of the theoretical indicators that inspired Pope Francis in this convocation. Then, it continues by a critical analysis of the risks that the proposal contains, as well as the possible impacts, ways of action and horizons brought by the Global Pact. Finally, it elaborates a discussion about the implementation of the pact, pointing to three temporal movements aiming at its success: the transition from fantasy to dreams, from dreams to utopia and, finally, from utopia to the Kingdom. In this movement, the many dimensions of the Pact are revealed, but the main one is the ethical dimension of responsibility for the present and future of education. Keywords: Global Educational Pact. Temporality. Impacts. Future of education. Kingdom of God.

Del pacto al impacto: caminos, posibilidades y horizontes abiertos por el Pacto Educativo Global

Resumen: Este artículo analiza el Pacto Educativo Global con la temporalidad como clave, es decir, el presente y el futuro. En este sentido, inicialmente se hace un mapeo de

los indicadores teóricos que inspiraron al Papa Francisco para esta convocatoria. Luego, se propone un análisis crítico de los riesgos que contiene la propuesta, así como de los posibles impactos, caminos y horizontes que trae el Pacto Mundial. Finalmente, se elabora una reflexión sobre la implementación del pacto, apuntando a tres tránsitos temporales que deben ocurrir, en búsqueda de su éxito: la transición de las fantasías a los sueños, de los sueños a la utopía y, finalmente, de la utopía al Reino. En este movimiento se revelan las múltiples dimensiones del pacto, pero la principal es la dimensión ética de la responsabilidad por el presente y futuro de la educación.

Palabras clave: Pacto Educativo Global. Temporalidad. Impactos. Futuro de la educación. Reino de Dios.

Introdução

Iniciemos com um exercício conjectural. O ano é 2060: ainda haverá água em abundância? Existirão alimentos disponíveis para todos os seres humanos? A humanidade terá superado seus conflitos fúteis de séculos atrás e terá se unido em uma grande fraternidade? A tecnologia avançada terá facilitado nossa vida, chegado a todas as pessoas e curado doenças? Teremos, enfim, alcançado a nossa utopia ou estaremos presos a uma distopia? Certamente, exercícios como esse só são úteis à medida que diagramam novos presentes. Contudo, talvez tenha sido esse exercício mental que tenha motivado o Papa Francisco a convocar, em 2019, uma reunião de especialistas, gestores políticos, educadores e estudantes para que fizessem um pacto global pela educação. E o papa não está errado.

Jorge Bergoglio é um homem velho. Ele sabe que não tem muitos anos pela frente e que, nem por uma proeza da tecnologia, chegará à década de 2060. Mas ele também sabe que sua postura como líder mundial e o poder que tem em mãos podem fazer algo para que os humanos do futuro tenham ainda um mundo para viver. A proposta do papa não é a solução de todos os problemas em definitivo, mas já é, em alguma medida, um passo significativo. O Pacto Educativo Global ainda é uma miragem, um sonho, um projeto, entretanto poderá ser um poderoso instrumento de transformação social e ambiental por meio de uma educação que recupera valores do passado essenciais, que moldaram nossa humanidade e civilizações e que, ao mesmo tempo, abre-se a um futuro novo, talvez um sonho desejado por todos.

O pacto é, portanto, um exercício de deslocamento no tempo: uma dose de futurologia e uma grande sincronização com o tempo presente. Por essa iniciativa, o Papa Francisco tenta compartilhar sua visão acerca do mundo atual. E ele, que tem um ponto de vista privilegiado pela posição que ocupa e por sua sensibilidade hermenêutica diante dos sinais dos tempos, descreve-nos um planeta que pode melhorar, mas que, às vezes, parece não querer. O contexto que nos cerca exige um amadurecimento do papel e dos princípios da educação. A

tendência de mercantilizar a educação de qualidade acentua as desigualdades e a reserva a um grupo muito específico – dos que podem pagar por ela. Além disso, existe uma crise de identidade pela qual passa a humanidade e que tem efeitos perversos, pois a humanidade não é mais fim, foi transformada em meio (DEAN, 2015). Essa combinação de mercantilização da educação e instrumentalização do humano que o descaracteriza ressoa em nossa desastrosa relação com a Terra, em que extraímos dela tudo o que precisamos e a dominamos como se fôssemos independentes.

É verdade que cada um desses elementos contextuais evocam uma série de outras ilações, análises de conjecturas, conceitos e história, e, por isso, não conseguiremos abordar com profundidade as razões que levaram a tais situações. No entanto, ao apontar essas fragilidades do tempo presente, queremos esboçar o pano de fundo que justifica a escolha do papa pela educação. Por que não propor um pacto pela economia ou pela casa comum somente? Certamente porque não são as decisões dos adultos que irão impactar o futuro, mas as decisões dos que agora são jovens e crianças e que irão, no futuro, ter de fazer as escolhas cruciais para a continuação da humanidade, como o próprio papa atesta: “Pensar na educação é pensar nas gerações vindouras e no futuro da humanidade; por conseguinte, é algo profundamente enraizado na esperança e requer generosidade e coragem” (FRANCISCO, 2020b, s/p). A leitura que Francisco faz do mundo e que nos é legada em seus documentos magisteriais² é marcada por, pelo menos, três convicções teóricas que constituiriam, por assim dizer, um ideário propositivo e político:

1. Uma visão antropológica centrada na noção de pessoa, recuperando, assim, em sua etimologia tanto o aspecto identitário (*prosopon*) quanto o aspecto comunicacional (*persona*)³.
2. Uma insistente crítica ao neoliberalismo, que transforma nossas relações com pessoas e objetos em consumo (FRANCISCO, 2020a).
3. Um humanismo que recusa a redução do homem à sua própria razão, mas que convoca todas as forças do humano – afetos, singularidades, emoções e a própria fé. Nessa convocação, o humanismo não seria um elogio ao eu, mas ao nós; seria, portanto, um humanismo solidário⁴.

Ao aprofundarmos esse ideário propositivo e confrontá-lo com a realidade, almejamos apontar, ao longo deste texto, caminhos, possibilidades e horizontes abertos pelo Pacto Educativo Global, conforme nos propõe o Papa Francisco. Como parte deste exercício argumentativo, apontaremos alguns riscos que a proposta corre e, em diferentes níveis, esboçaremos expectativas. Além disso, iremos nos esforçar para clarificar o que é o exercício de temporalidade ao qual estamos inseridos na proposta do Pacto, traçando algumas transições necessárias da fantasia para a utopia e desta para o Reino.

O que significa fazer um pacto nesse contexto?

A motivação de um pacto global de educação está relacionada a uma constatação: de um tempo para cá, as rápidas mudanças pelas quais passamos em nível tecnológico mudaram a qualidade de nossas relações sociais. Aconteceu, ao modo de outras eras da história⁵, uma ruptura do pacto social. Certamente, a revolução tecnológica pela qual passamos desde meados do século XX, e que se adensa cada dia mais em função das inteligências artificiais, da internet das coisas, da computação ubíqua e da robotização, deixará marcas indeléveis em nosso modo de ser no mundo. Entretanto, há uma especificidade deste contexto atual que talvez seja a razão de tanta preocupação. A ruptura do pacto social não condiz com a substituição simplesmente de regimes de vida ou de regimes políticos ou de práticas econômicas. Tal ruptura tem significado um rompimento com a ideia de corresponsabilidade coletiva (FRANCISCO, 2020b). A crise das democracias, por exemplo, são sintomas de que o pensar no outro e com o outro deixa de ser uma dificuldade natural do cotidiano para se transformar em aniquilação da diferença, em afronta, em medo e ódio. Prova disso são os populismos identitários e as polarizações que conduzem a política e que impedem uma escuta das diferenças (PEREZ, 2018). É como se, na perda das identidades, estivéssemos expostos a qualquer solução política mágica, mais alicerçada em uma espécie de “pacto autobiográfico” do que em um pacto social⁶.

A ideia de pacto social remonta aos teóricos contratualistas do século XVII, como Hobbes (2003), Locke (2019) e Rousseau (2011). Para eles, nossa sociedade depende de um acordo tácito que fazemos uns com os outros, no qual renunciamos nossos direitos naturais em nome da preservação da espécie e delegamos ao Estado (especialmente em Hobbes) o dever de legislar sobre a nossa liberdade (HOBBS, 2003). No entanto, quando o Estado se enfraquece como em nosso século, a voracidade do indivíduo parece encontrar espaço para aflorar. Mas será que somos, por natureza como acreditavam os contratualistas, lobo do próprio homem?

A antropologia personalista que conduz o Pacto Educativo Global acredita que não. Não dependemos do Estado para sermos sociáveis (SBERGA, 2014). Dependemos de uma formação da nossa identidade e da nossa capacidade relacional (LIMA VAZ, 1992). Quando se propõe colocar a pessoa no centro, significa olhar para cada indivíduo como ser pessoal, ou seja, como ser que tem uma singularidade, mas que, ao mesmo tempo, é capaz de comunicar a si próprio ao mundo e deixar-se plasmar também pelo mundo (SBERGA, 2014). A categoria de pessoa, na filosofia, comporta a ideia de espírito, ou seja, de abertura, de capacidade de transcendência, de se autodeterminar e se autossuperar (LIMA VAZ, 1992). E disso depende nossa educação, para que se desperte em nós nossas capacidades

comunicativas, para que se configure nossa identidade saudável e para que saibamos nos relacionar com as pessoas e com o mundo de maneira assertiva.

Esses são objetivos de uma pedagogia humanista – que está como base ideológica do Pacto Educativo Global. Nessa linha, encontramos autores como Maslow (1975), Rogers (2009), Stein (2003) e mesmo Paulo Freire (2018). O gesto teórico e prático de uma pedagogia humanista é colocar a pessoa no centro e dar condições para que ela se forme. A ideia de formação da pessoa humana contida em Stein, por exemplo, não significa uma formatação da pessoa. É, pelo contrário, a exata contraposição de modelos pedagógicos uniformizantes e bancários: é dar à criança e ao jovem ferramentas para que eles se construam nas relações que estabelecem, sempre com a mediação do formador/educador (SBERGA, 2014).

No entanto, o Pacto Educativo Global não se limita a propor uma ou outra tese pedagógica, mas busca ampliar o olhar e perceber o potencial da educação para também transformar realidades e tecer uma nova socialidade. É nesse sentido que se pode afirmar a dimensão política do Pacto, uma vez que ainda há dificuldades de acesso à educação de qualidade, além de um contínuo sucateamento e esquecimento por parte dos governos que priorizam a economia em nome do bem comum. A falácia da economia também seduz as instituições de ensino, as quais, paulatinamente, aderem ao discurso da venda da educação e do conhecimento e que, como já apontamos, produz mais desigualdades.

Além disso, a própria educação vive suas contradições: em um mundo tecnológico, metodologias atrasadas (PIANGERS; BORBA, 2019); falta sensibilidade para ouvir as demandas da infância e da juventude; educadores desvalorizados e pouco creditados pelas famílias; perseguições de ordem política e ideológica... o cenário parece desanimador. Então, o que significa propor esse Pacto neste contexto específico?

Em primeiro lugar, existe a aposta no poder da educação de transformar indivíduos e, por conseguinte, operar uma transformação de toda uma sociedade. No entanto, o modo de se concretizar essa transformação é que precisa ser debatido, uma vez que não é qualquer educação que forma e transforma. Paulo Freire (2018) já previa que educar não é apenas informar, transmitir um conteúdo. É também isso, mas é ainda mais; é ensinar a operar a partir das informações. Quando se fala em saber fazer, em aplicar um conhecimento, diz-se de uma prática. E a prática é sempre, em qualquer circunstância, campo da ética. Logo, uma educação transformadora, que ensina a agir no mundo e sobre o mundo, tem uma finalidade ética de ensinar a agir em favor do mundo.

Em segundo lugar, propor um pacto significa uma visada extemporânea, ou seja, um olhar para algo que se concretizará em médio e longo prazo e que exige uma corresponsabilização de toda a sociedade. Um olhar global significa assumir que educar crianças no Brasil pode ter impactos mundiais, considerando

que essas crianças, futuramente, irão exercer sua cidadania, preservando ou não a natureza, cuidando ou não da vida, lutando ou não pelos direitos humanos etc.

Em terceiro lugar, propor um pacto é desconstruir a cultura de terceirização da educação que restringe às escolas e universidades o dever de formar crianças e jovens. Ao conclamar todas as forças da sociedade, o Pacto Educativo prevê uma “aldeia” que educa. A ideia de aldeia recompõe o pacto social em torno de uma tarefa imprescindível: a de formar as futuras gerações responsabilizadas com o pacto social para não aniquilar os direitos do outro humano.

Impactos: o que esperar?

Em uma sociedade complexa, qualquer entusiasmo corre o risco de ser ingênuo. É por isso que, ao mesmo tempo que acolhemos esperançosos o convite para uma aliança como essa, devemos nos precaver e pensar já nos impactos que pretendemos alcançar. Antes, porém, de mirarmos esses impactos, pensemos nos riscos que o Pacto – por sua natureza e pela forma como vem sendo conduzido – comporta.

O primeiro risco é o da endogenia, ou seja, o de que a proposta do Pacto Educativo Global fique circunscrita ao ambiente de sua origem, isto é, à Igreja Católica. É importante reconhecer que a Igreja tem realizado grandes empreendimentos na educação, mas ela não é a única força envolvida no processo. Pelo contrário, se não houver o envolvimento de outros atores sociais, como governos, lideranças comunitárias, educadores de todos os níveis e segmentos e mesmo a própria população, o Pacto terá um alcance mínimo, e suas potencialidades ficarão guardadas apenas para determinado público. Assim, parece que esse cuidado deve partir da própria Igreja como instituição ao propor o debate amplo, aberto e plural em torno da educação.

Outro risco que merece nossa atenção é o da teorização e racionalização. Parece que o Pacto exige uma reformulação teórica da própria pedagogia, ou ainda, uma avaliação das práticas pedagógicas a partir de outras matrizes teóricas. No entanto, a discussão sobre a educação precisa também visar às realidades concretas. Sem traçar metas e objetivos concretos e sem pensar em caminhos de execução, o Pacto será a formalização de um sonho, mas dificilmente será a sua realização. Portanto, que todo exercício teórico, discursivo e acadêmico seja em função da criação de estratégias de impacto real. O risco das “belas palavras”, da razão ornamental, do discurso comovente pode minar as potencialidades de um projeto tão ambicioso como este.

Por fim, apontamos um último risco, que é o da não inclusão, ou seja, de excluir os mais pobres e também os jovens. Embora o papa, ao propor o Pacto Educativo, tenha sinalizado com veemência que a participação dos jovens é fundamental no processo de construção desse compromisso, é preciso criar

espaços de efetiva entrada da juventude – dos estudantes, daqueles que são a razão pela qual se está propondo isso. E essa entrada não é apenas o cumprimento de uma inclusão diplomática, mas deve significar uma escuta das demandas reais, das percepções reais dos jovens e dos pobres. Além do mais, parece ser urgente comunicar essas ideias em uma linguagem acessível, não prescritiva, mas propositiva, de modo que também os estudantes estejam conscientes do valor de uma formação integral e, uma vez conscientes, estejam igualmente abertos e disponíveis para tal.

À medida que apontamos esses três riscos, sinalizamos algumas atitudes que podem neutralizá-los. Entretanto, cabe ainda uma visada mais à frente, um olhar para as possibilidades, para a força que essa proposta carrega e que pode ser propulsora de um caminho realmente novo na educação. Pensando em três níveis de operação do Pacto – (a) individual/pessoal, (b) pedagógico/escolar e (c) comunitário/político –, vislumbramos alguns impactos.

Em (a) nível individual/pessoal, o Pacto é uma oportunidade de reinserir a educação na pauta das discussões, permitindo, assim, uma tomada de consciência tanto dos educadores quanto da sociedade como um todo sobre o que de fato significa “educar uma pessoa”. Pautas como economia e crise política dominam o noticiário e mesmo as conversas cotidianas. A educação quase nunca é lembrada como uma responsabilidade social ou como uma instância na qual toda a aldeia está implicada. Embora seja do senso comum afirmar que a educação é a base de tudo, não se sabe justificar o porquê. E, certamente, em uma discussão cotidiana em torno da educação, sempre terão aqueles que defenderão uma cisão entre o ensinar e o educar, como se à escola coubesse um e à família coubesse o outro. O Pacto propõe discutir e popularizar a discussão em torno disso: no mundo contemporâneo, ensinar e educar não se separam, são praticamente sinônimos e são responsabilidades de todos – da escola e da família, mas também da sociedade, da mídia, das Igrejas e religiões etc.

Logo, torna-se imperativa uma formação das consciências dos adultos, dos educadores, dos pais e mães, dos líderes políticos e religiosos para que entendam que, sem uma educação humanista e humanizadora, não existirá futuro. Essa educação passa por um ensinar a estar-no-mundo com responsabilidade e não se constrói só na educação formal. Ensinar a se relacionar, a cuidar do meio ambiente, a valorizar a vida humana e não humana é o que toda a aldeia está incumbida. Portanto, um primeiro impacto da proposta do Papa Francisco estaria relacionado a essa tomada de consciência para o lugar da educação no tecido social.

Mas é evidente que o Pacto também busca atingir o (b) nível pedagógico/escolar, ou seja, a educação formal, justamente porque nas escolas e universidades já existem muitas iniciativas inspiradas nesse compromisso por uma educação que corajosamente coloca a pessoa no centro. O Pacto será, então, oportuni-

dade de rever práticas e princípios e também de corrigir a rota pela qual muitas instituições estão se enviesando: a rota do capital neoliberal. Ao transformar a educação em um produto, acabamos invertendo o processo e, em vez de oferecermos aquilo que é preciso para formar uma pessoa, oferecemos aquilo que é demandado pela vontade do cliente. Nesse jogo do consumo, o prejudicado é o estudante, que acaba sendo moeda de troca entre as negociações, por vezes espúrias dos grandes sistemas educacionais.

Mas seria mais uma ingenuidade pensar que o Pacto almeja a destruição da operação neoliberal. O que ele talvez mais modestamente deseja é uma resignificação da experiência educativa para que ela, apesar do capital, forme seres humanos mais atentos à vida que existe para além dos interesses do mercado. É nessa ótica que uma pedagogia da alteridade se faz urgente de ser reencontrada. Entende-se aqui por pedagogia da alteridade as estratégias educativas que descobrem o “outro” das muitas camadas de preconceitos, julgamentos, indiferenças com as quais o cobrimos. Nesse desvelamento é também revelada a singularidade do próprio estudante, que se descobre responsável – parte de uma sociedade, cidadão de um planeta, cuidador da vida.

Contudo, uma pedagogia da alteridade depende da qualidade da relação que se estabelece entre estrutura educacional (sistemas público e privado), educador e estudante. Todos esses três personagens do cotidiano de uma escola devem estar abertos ao outro e imbuídos de uma responsabilidade pelo desenvolvimento um do outro. A estrutura educacional, seja ela pública ou privada, deve acolher e promover os educadores e dar condições aos estudantes para que se desenvolvam. Educadores necessitam estar abertos para novas incursões pedagógicas e criar posturas de acolhimento e cuidado com seus alunos para além da transmissão de conteúdos. Estudantes precisam se comprometer com o processo, participar como protagonistas de sua formação, e não meramente receptores. Como se vê, há uma mudança cultural a ser implantada.

Essa mudança da cultura educativa, como se pode ver, passa pela mudança do indivíduo e sua nova consciência sobre a educação, mas passa também – e necessariamente – por uma mudança de (c) nível comunitário/político. Está aqui, talvez, o maior desafio do Pacto e o maior impacto que ele pode causar. Imaginemos um mundo no qual a prioridade dos gestores públicos seja a educação de sua população: como seria esse mundo dos sonhos? É absolutamente esse sonho o que sonham todas as pessoas que apostam na transformação da sociedade pela educação. O Pacto não visa apenas melhorar consciências e reformular propostas pedagógicas. Deseja, sobretudo, uma mudança de estrutura, que a educação de qualidade seja acessível, que seja uma educação democrática e participativa e que seja transformadora das realidades circundantes.

O impacto político do Pacto pode ser gestado tanto nas esferas macropolíticas quanto nas micropolíticas (FERRAÇO; AMORIM, 2017). E isso parece

ser importante dizer, uma vez que facilmente caímos na tentação de “culpar” os políticos tradicionais e nos esquecemos daquela política do cotidiano, das relações interpessoais, que também compõem o cenário da pólis. Em nível macropolítico, sabemos o que o Pacto significa: um maior compromisso das instituições de governo com uma educação humanista e humanizadora. Mas e no nível micropolítico? O que ele compreende?

Se ampliarmos nossa compreensão de política, eliminando os reducionismos que a definem como simples atividade de gestão e de poder, e assumirmos que política é toda postura que os indivíduos têm diante de sua comunidade, perceberemos que é precisamente no âmbito da micropolítica que o Pacto Educativo Global poderá agir com maior intensidade. Isso significa uma articulação entre consciência da coletividade, consciência ambiental e consciência social para a produção de um gesto pedagógico politicamente diferenciado que preze pela inserção da pessoa na sociedade de maneira ativa, cidadã e responsável.

O espaço da micropolítica, embora seja micro, envolve a aldeia toda, mas em dimensões menores: é a família, a sala de aula, a escola, a comunidade religiosa. Nesses espaços, deve-se formar esta tríplice consciência – coletiva, ambiental e social –, que significa perceber que interdependemos uns dos outros (consciência da coletividade), que dependemos do planeta como casa, e não simplesmente como fonte de recursos (consciência ambiental), e que existem lutas a se lutar e direitos a se conquistar, que, embora não digam respeito a mim, tornam-se minha responsabilidade enquanto sou membro de uma sociedade (consciência social). Essa educação política ensina que a criança e o jovem devem se colocar a serviço, a sair de si próprios, a utilizar seus aprendizados pelo bem comum, e não só para seu sucesso pessoal. Esse gesto pedagógico politicamente diferenciado dá condições de que os educandos façam escolhas menos egoístas e mais globais, que terão impacto social e que, dia após dia, mudarão o cenário de desigualdades e destruição ambiental.

Dessa forma, a micropolítica tornar-se-ia o centro propulsor de uma nova macropolítica: pensando que os estudantes de hoje serão os gestores públicos, empresários, atores sociais do amanhã, percebemos que uma educação que produza atitudes políticas assertivas e democráticas é a chave para se pensar em uma transformação macropolítica de longo prazo. É evidente que existem muitos agenciamentos ideológicos na construção de projetos educativos para uma educação política, mas é também verdade que existe um papel crítico da educação que pode prevenir tais agenciamentos.

Da utopia à responsabilidade

Se até o momento este ensaio operou gramaticalmente com verbos no tempo futuro – não em um sentido meramente projetivo, mas também imagi-

nativo, futurístico – é porque existe um sonho em gestação. O sonho de um mundo novo, de um mundo reconstruído a partir de uma educação igualmente nova. Para que o que escrevemos até aqui não seja lido apenas sob uma ótica prescritiva – do que deve, precisa ou tem que acontecer –, esboçamos, por fim, uma última chave hermenêutica para se compreender o Pacto Educativo Global. Trata-se da imbricação de uma perspectiva onírica com uma visada ética a partir da categoria de responsabilidade que nos permitirá reposicionar o Pacto de uma orientação mais utópica para uma orientação mais escatológica. É no trâmite desses conceitos psicanalíticos (onirismo), filosóficos (ética, responsabilidade, utopia) e teológicos (escatologia) que poderemos, por fim, pensar em termos concretos os horizontes, possibilidades e caminhos abertos pelo Pacto Educativo Global.

Iniciamos com um diagnóstico: todo o discurso em torno do Pacto Educativo Global nasce de uma espécie de cansaço e preocupação amalgamados nesses psiquismos doentes do século XXI. O despencar de um mundo, os gemidos de uma natureza que parece querer nos expulsar (Rm 8, 22), a constante sensação de pessimismo diante da política, a frenética busca por sentido existencial nas redes sociais – tudo parece compor uma cena surrealista na qual nada se conecta a nada, ao mesmo tempo que tudo parece estar perpassado por um mórbido fio de morte. É nesse mal-estar generalizado que fantasiemos mundos possíveis, como que para escapar do presentismo opressor que nos obriga a pensar ou simplesmente curtir e reproduzir informações o tempo todo, na precariedade dessa vida contemporânea. De alguma maneira, o Pacto Educativo Global tenta ser, em um primeiro momento, uma saída, uma solução de emergência, como que o afrouxar de uma corda que nos aperta o pescoço. Esse caráter solucionador é logo posto em xeque quando percebemos as inúmeras forças que são convocadas pelo Pacto: será que chegaremos a um denominador comum? Será que conseguiremos emplacar esse Pacto de modo concreto? Será que o Pacto vai resolver algo?

A ciência, em geral, evita construir suas teses no tempo futuro – prefere o presente. Mas o presente, quando nos sufoca e nos oprime, acaba exigindo pensar com outras forças para além daquelas que fabricam conhecimentos científicos: a imaginação, a vontade, o querer, os afetos⁷. Esse deslocamento da empiria moderna para uma empiria afetiva, contemporânea, parece ser o marco fundante do Pacto Educativo. Colocar a pessoa no centro, investir as melhores energias, educar para o serviço a humanidade toda – estas seriam frases muito bonitas, mas pouco efetivas se não as lêssemos nessa ótica do afeto. E parece que é essa a tônica do magistério do Papa Francisco.

Vejamos, por exemplo, a exortação pós-sinodal “Querida Amazônia” (FRANCISCO, 2020c), que, pelo seu título em língua espanhola e portuguesa, e não em latim, como é o costume, já sinaliza uma quebra de paradigma. Afinal, a

Amazônia fala muitos idiomas certamente, mas não fala latim. Essa mudança de tom no magistério do Papa Francisco se confirma na construção de um texto no qual o papa pronuncia a partir de outra percepção: a dos sonhos. Um papa que se permite sonhar, que não se dá ao trabalho de simplesmente legislar, condenar, conduzir uma Igreja, mas que convida seus fiéis – e o mundo todo de alguma maneira – a sonhar. Em “Querida Amazônia”, rompe-se a pretensão totalizadora de um magistério universalizante para se abrir a um magistério global, que vê o todo sem desprezar as singularidades.

O papa fala de quatro sonhos: um sonho social, um sonho cultural, um sonho ecológico e, por fim, um sonho social. Esse onirismo de Francisco é a convocação de uma linguagem outra – a linguagem do afeto. Ele mesmo reacomoda o papel da Igreja sob esse olhar afetivo: “tudo o que a Igreja oferece deve encarnar-se de maneira original em cada lugar do mundo [...]. Deve encarnar-se a pregação, deve encarnar-se a espiritualidade, devem encarnar-se as estruturas da Igreja” (FRANCISCO, 2020c, n. 6).

Ao trazer o conceito de encarnação, o papa parece inserir algo novo neste magistério sem carne, mas o que ele faz, na verdade, é recuperar algo da essência do próprio cristianismo – o fato de que Deus, para o cristão, tem um corpo, uma carne e, portanto, um afeto. É um Deus visceral, que move suas entranhas para encontrar-se com o homem e a mulher. “O verbo se fez carne e armou sua tenda entre nós” (Jo 1, 14). O afeto não é apenas o nosso lado sentimental e emocional, mas institui em nós a dimensão do axiológico, do valorativo. Não é pretensioso de verdade, mas é extremamente mobilizador, porque nos impulsiona de um lugar muito mais caro do que a razão: o coração. Boaventura de Sousa Santos (2019) fala de um “corazonar”, ao se referir aos saberes do sul global – saberes que não foram colonizados pelos logos europeu. A encarnação, o afeto e o coração dizem de uma possibilidade que nos habita e que nos move e que, no caso do Pacto Educativo Global, nos faz sonhar.

Sonhar com um mundo comprometido com a educação não é alimentar uma fantasia, mas dar espaço para que aquilo que nos move no mais profundo se manifeste. Se existe um adocimento produzido pelo presenteísmo de uma realidade sufocante, existe o sonho como que um remédio para escapar da fantasia de um mundo impossível. O sonho não é impossível de ser realizado, mas, entre o sonhar e o concretizar, existe um passo a ser dado: o da utopia. A utopia, diferentemente do sonho, é a visualização de um *topos*, de um lugar que ainda não é presente, mas existe como horizonte. O Pacto Educativo Global sinaliza para este lugar, mas também nos chama a pensar no lugar do agora, no lugar em que pisamos e do qual visualizamos o não lugar. É pisando nesse chão que caminhamos mirando a utopia, mas também construindo já as articulações, os movimentos, as estratégias pedagógicas que nos farão chegar lá.

Entretanto, a utopia não está dada, ela precisa ser construída. E, diferentemente do sonho, que nasce do desejo por vezes inconsciente, é um construto consciente e calculado. A utopia, embora seja um não lugar, é um movente. Não é somente uma espacialidade imaginária, mas é o horizonte visível aonde queremos chegar. No caso do Pacto Educativo Global, sua força utópica relaciona-se a que educação e que mundo almejamos construir como aldeia global. Em outras palavras, construir a utopia significa convocar toda a sociedade e seus atores para responder à questão: o que queremos à frente?

Logo, passamos da utopia ao Reino, uma vez que a utopia precisa ser, paradoxalmente, construída e desconstruída. Sonhar, desejar, projetar, imaginar é importante, porquanto são propulsores, mas novamente o futuro recai sobre o tempo presente e nos impugna uma responsabilidade – um dever – diante da utopia construída. Como chegar a esse lugar almejado sem dar os passos nessa direção? A desconstrução da utopia é, nesse sentido, a construção do Reino. O Reino, como categoria teológica, abre-nos uma perspectiva escatológica, ou seja, de um futuro que não é simplesmente um tempo que ainda não chegou, mas um tempo que está ao nosso alcance a todo momento e que sempre nos escapa.

Olhar o Pacto Educativo Global sob a ótica do Reino é pensar em um futuro ainda muito distante cronologicamente, mas que já está pulsando entre nós. Ao dizer que o Reino de Deus não está aqui ou ali, mas que vem ostensivamente, e que esse Reino já está no meio de nós ou dentro nós a depender da tradução (Lc 17, 20-21), Jesus indica que esse futuro, embora não esteja completo como algo que já vivemos, é muito mais do que uma promessa. O Reino é da ordem do porvir, mas depende necessariamente do hoje. Por isso, ao mesmo tempo que pensamos em um pacto e seus impactos em um futuro de médio a longo prazo, pensamos também naquele impacto imediato, no já escatológico. E o presente do Pacto Educativo Global significa, unicamente, nossa responsabilidade.

A responsabilidade não é, neste caso, um compromisso que assumimos deliberadamente, mas é uma resposta que sai de nós diante de uma sociedade fraturada e de um planeta adoecido. A responsabilidade é o que nos resta – e é a única coisa capaz de colocar em marcha o Pacto. Sob essa perspectiva, ser responsável é tirar o Pacto de um certo utopismo, de um entusiasmo pueril, e trazê-lo à tona com todos seus desafios, dificuldades e intrigas. O Pacto será, sim, trabalhoso e dependerá da responsabilidade de cada membro da sociedade fazer com que ele ressoe de maneiras concretas suas propostas. Mas certamente será um potente instrumento para se construir uma civilização de paz.

Submissão: 30/06/2020

Revisão: 30/07/2020

Aprovado: 20/08/2020

Notas

- 1 Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (FAJE). Bacharel também em Filosofia pela Faculdade Dom Luciano Mendes (DLM). E-mail: rial.gregory@gmail.com
- 2 Especialmente a exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*” (2013), as cartas encíclicas “*Laudato Si*” (2015) e “*Fratelli Tutti*” (2020a) e a exortação apostólica “Querida Amazônia” (2020c).
- 3 Sobre o conceito de pessoa aqui abordado, indicamos a “Antropologia filosófica” de cunho hegeliano-tomista, desenvolvida por Lima Vaz (1992).
- 4 O documento “Educar ao humanismo solidário”, da Congregação para Educação (2017), ressalta essa diferença entre o humanismo clássico e o humanismo solidário que foi proposto na encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, em 1967, e que é reproposto com veemência pelo Papa Francisco.
- 5 Se pensarmos em momentos críticos da história, como a invasão do império macedônico (século III a.C.), a queda do império romano do Ocidente e as invasões bárbaras (século IV), ou mesmo as revoluções industriais (século XVIII), podemos notar que, em todas elas, a sociedade sofreu transformações que nos legaram modos de viver e conviver ressignificados.
- 6 Chama-se a atenção para o fenômeno dos populismos, em que se cria uma situação de fiabilidade na pessoa do governante, animada por uma emoção – um sentimento – de esperança na pessoa, e não na proposta.
- 7 É a teoria defendida por Lawrence Grossberg (2010) nos estudos culturais, para quem a ciência contemporânea precisa despir-se de seus resíduos iluministas e lançar outros olhares também perspicazes na produção de conhecimento.

Referências

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Educar ao humanismo solidário para construir uma “civilização do amor” 50 anos após a Populorum progressio**. Roma, 16 abr. 2017. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20170416_educare-umanesimo-solidale_po.html. Acesso em: 20 maio 2020.

DEAN, Richard. A fórmula da humanidade como um fim em si mesmo. **Studia Kantiana**, Natal, v. 19, n. 1, p. 127-151, dez. 2015.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; AMORIM, Antônio Carlos. Micropolítica, democracia e educação. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 5-13, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/31634>. Acesso em: 20 maio 2020.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica Evangelii Gaudium ao episcopado, ao clero às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do evangelho no mundo actual**. Roma, 24 nov. 2013. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 20 maio 2020.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum**. Roma, 24 maio 2015. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 20 maio 2020.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social**. Assis, 3 out. 2020a. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 20 maio 2020.

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos participantes no seminário sobre o tema “Education: the Global Compact” promovido pela Pontifícia Academia das Ciências Sociais**. Vaticano, 7 fev. 2020b. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2020/february/documents/papa-francesco_20200207_education-globalcompact.html. Acesso em: 20 maio 2020.

FRANCISCO. **Exortação apostólica pós-sinodal Querida Amazônia ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade**. Roma, 2 fev. 2020c. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html. Acesso em: 20 maio 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GROSSBERG, Lawrence. *Affect's future: rediscovering the virtual in the actual*. In: GREGG, Melissa; SEIGWORTH, Gregory. **The affect theory reader**. Durham: Duke University Press, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Antropologia filosófica: volume II**. São Paulo: Loyola, 1992.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MASLOW, Abraham. Entrevista com o Dr. Abraham Maslow. In: FRICK, Willard (org.). **Psicologia humanista: entrevistas com Maslow, Murphy e Rogers**. Tradução E. Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 33-68.

PEREZ, Daniel Omar. O populismo, a massa e a afetividade. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 23, n. esp., p. 171-196, 2018. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/6967/pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

PIANGERS, Marcos; BORBA, Gustavo Severo de. **A escola do futuro**: o que querem (e precisam) alunos, pais e professores. Porto Alegre: Penso, 2019.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. Tradução Manuel José do Carmo Ferreira e Alvamar Lamfarelli. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Penguin, 2011.

SBERGA, Adair Aparecida. **A formação da pessoa em Edith Stein**. São Paulo: Paulus, 2014.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

STEIN, Edith. Sobre el concepto de formación. *In*: STEIN, Edith. **Obras completas**: escritos antropológicos y pedagógicos. Madri: El Carmen, 2003. p. 177-194.